

Os epigramas IG³ 503 e 504: uma reavaliação*

Robert de Brose**

BROSE, de R. Os epigramas IG³ 503 e 504: uma reavaliação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 18: 239-257, 2008.

Resumo: O objetivo do presente artigo é reunir e reavaliar a produção intelectual sobre os epigramas IG³ 503/504, atribuídos a Simônides de Ceos, integrando os resultados obtidos pela Arqueologia, principalmente através da Epigrafia, àqueles da Filologia Clássica e da História. Um dos objetivos principais deste artigo é demonstrar que a hipótese de que as inscrições tenham sido feitas por artesões distintos é insustentável e, a partir daí, avaliar como isso causa impacto em nossa idéia da natureza e função dos epigramas. Reforçar-se-á o caráter comemorativo, não-fúnebre, dos mesmos e demonstrar-se-á que eles não poderiam ter sido inscritos em um monumento a ser colocado no *Cerâmico* de Atenas. Por outro lado, aventar-se-á a possibilidade de as inscrições terem feito parte de um monumento de guerra ou oferenda votiva.

Palavras-chave: Epigrafia – Epigrama – Filologia Clássica – Simônides – Maratona.

Introdução

O objetivo desse artigo é reavaliar os epigramas atribuídos à vitória dos atenienses em Maratona (epig. b, ver abaixo) e da coalizão de cidades-estado gregas sobre os persas durante as guerras de 490-79 a.C. (epig. a) desde um ponto de vista que leve em conta não só as

informações epigráficas dedutíveis da pedra, mas também as fontes literárias e históricas que permitam, em alguma medida, reconstruir o contexto no qual essas inscrições existiam. Devido à própria natureza das inscrições epigráficas que, desvinculadas da *Umwelt* através da qual tinham sua mensagem explicitada, perdem muito de sua capacidade de comunicar, ambos os epigramas

(*) Este artigo fez parte, originalmente, de minha dissertação de mestrado em Letras Clássicas, junto ao DLCV da Universidade de São Paulo, defendida no ano de 2008 (Brose 2008). Embora a argumentação mantenha-se a mesma, foram necessárias algumas modificações na forma como o assunto é aqui apresentado, para que se adequasse às limitações de espaço e estilo requeridos pela Revista, o que incluiu a eliminação de citações mais extensas em grego, para as quais, no entanto, foram deixadas as referências, acessíveis em minha dissertação através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (<http://www.teses.usp.br/>). Da

mesma maneira alguns tópicos foram atualizados para refletir a situação atual da pesquisa. Agradeço a Prof. Dra. Elaine Farias Veloso Hirata (MAE/USP) pelas sugestões e pelo incentivo na publicação desse artigo, que dedico ao caríssimo amigo e orientador Prof. Dr. Christian Werner (FFLCH/USP). (**) Departamento de Letras Estrangeiras do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará-UFC. Doutorando em Língua e Literatura Clássicas da Universidade de São Paulo-USP. <robert_de_brose@hotmail.com> <robert.de.brose@ufc.br>

aqui discutidos estiveram durante várias décadas no centro de uma discussão que procurava determinar (a) o texto da inscrição (b) sua natureza e/ou função, (c) o tipo de monumento que os portava e (d) o local onde esse monumento poderia estar originalmente situado.

Embora atualmente haja um certo consenso no que diz respeito aos pontos mencionados, um recenseamento da crítica relevante faz-se necessário uma vez que, ao longo do debate filológico entre diversos especialistas para esclarecer o conteúdo das inscrições, muitos resultados acabaram dispersados em inúmeras publicações, algumas delas de difícil acesso. Por outro lado, mesmo com o aporte dessa imensa bibliografia produzida, algumas questões pedem um tratamento mais detalhado e sistemático de modo que os resultados obtidos por especialidades afins, mas que trabalham muitas vezes isoladas, como a Epigrafia e a Filologia Clássica ou aquela e a História, possam convergir para uma leitura mais concordante do texto, ocasião e função dos dísticos gravados na pedra.

Nenhuma inscrição é capaz, por si só, de produzir um texto inteligível em todos os seus níveis, independentemente de seu estado de conservação, embora inscrições fragmentárias sejam um desafio à parte para o estudioso. Inscrições, *grosso modo*, podem ser comparadas a ilustrações fixas na moldura de um livro cujo texto e ordem de elementos variam ao longo do tempo: sua inteligibilidade é uma função do coeficiente de variação do meio em que se encontra, que aumenta com o tempo; assim, quanto maior o distanciamento entre o sistema gerador da mensagem e a mesma, menor será a capacidade desta última de denotar a informação nela originalmente encerrada. Na realidade, a tarefa de ler textos fragmentários afigura-se ainda mais complicada, porque nesse caso não é só o ambiente (“contexto” em seu sentido mais amplo, i.e., a resultante da interação dos eixos sintático e paradigmático da mensagem, usando a terminologia de Hjelmslev) que se altera, mas igualmente seus observadores ou, mais propriamente, leitores, que mudam com o contexto (ou são por ele transformados) e, ainda que num curto período esses leitores sejam capazes de passar a seus descendes algo do estado do sistema original (ou seja “como ler” a inscrição), é inevitável que, para

intervalos medidos em dezenas de séculos, essas “regras” venham a se perder e o enigma a se formar, para o qual, somente através de uma trajetória generativa (“*parcours génératif*”, Greimas 1966:39), poderemos encontrar a “chave”.

Ao longo desse artigo tentei realizar essa trajetória generativa de volta ao marco zero da inscrição, apoiando-me em evidências físicas (arqueológicas) e testemunhais (literárias e históricas) e fazendo uso das conclusões obtidas por outros pesquisadores. Obviamente não há como reconstruir, exceto ficcionalmente, aquelas condições de contexto que davam ao texto que ora temos sua coerência interna e, se não podemos dizer com exatidão o que esses epigramas são, podemos estar seguros de saber o que eles *não* são, o que já é um avanço considerável.

Considerações epigráficas

Abaixo temos o texto dos fragmentos IG³ 503/504:1

- (a)
ἀνδρῶν τῶνδ' ἀρετῆ[.] [οὐκ ἄφθι]τον
αἰεὶ. [:] #.]ν[.]ρ[.] [νέμοσι
θεοί]. :]
ἔσχον γὰρ πεζοὶ τε [καὶ [ὀκυπόρον ἐπὶ
νεῶ]]ν :| *ηελλά[δα μ]ε πάσαν δούλι[ον ἔ
μαρ ιδεῖν :]]*²
(b)
ἔν ἄρα τοῖσ' ἀδάμ[*des. inc. litt.*] *ἠότ' αἰχμ*
ἐν / *στέσσαμ πρόσθε πυλῶν ἀγ[des. inc. litt.]*
*ἀνχίαλομ πρῆσαι ῥ[*des. inc. litt.*] / ἄστν*
*βίαι Περσῶν κλινάμενο[*des. inc. litt.*].*³

Esses epigramas são conhecidos desde 1855, embora seus textos e contexto tenham sofrido

(1) Daqui em diante identificados pela numeração dada em Page (1931), XX FGE, o número sobrescrito à edição do IG faz referência à edição em questão, i.e., IG³ significa que foi usada a 3ª edição dessa coletânea.
(2) “Destes homens a fama da virtude será imperecível sempre,| (...) concedam os deuses: | pois evitaram, em terra [e sobre naves velozes],| que a Grécia toda [visse o dia] da escravidão”. A menos que seja indicado o contrário, todas as traduções são minhas.
(3) “Era-lhes por certo adamantino (...), quando a lança| ergueram à frente dos portões (...) [(...)] queimar a costeira| cidade, à força rechaçando os guerreiros persas (...)”

diversas alterações, na medida em que novas descobertas arqueológicas permitiram preencher as lacunas existentes no monumento original, severamente danificado pelo tempo.⁴ A bibliografia, extensa mesmo nos primeiros anos, pode ser dividida em três fases principais (Meiggs-Lewis 1969: 56-7): A primeira, indo de 1855 até 1932, de pouca importância devido às extensas modificações sofridas pelo texto de edições posteriores. A segunda, cobrindo os anos de 1932 até 1956, de certa relevância principalmente pelos artigos de W. Peek (1934), J. H. Oliver (1933, 1935, 1936), comentando a descoberta do lado esquerdo da base e de F. Jacoby (1945), que sumariza e avalia o desenvolvimento da crítica até aquele momento (*idem*: 161, n. 19, 20). Finalmente, a terceira fase (Peek 1960; Pritchett 1960; Meiggs & Lewis 1969; Page 1975, 1981), a partir de 1956, com descoberta de uma cópia do século IV contendo fragmentos do que seriam os três últimos versos de (a) (Meritt 1956, 1962).

O texto canônico do epigrama XX FGE precisou de quase cem anos para ser estabelecido. Originalmente poderia ser lido na base de uma estela de cerca de 100-105 cm de largura por 91 cm de comprimento. No fragmento de mármore de 1855 estava preservado cerca de $\frac{1}{3}$ do conteúdo atual, sendo que os dísticos estendiam-se desde o centro, em direção à margem direita da pedra, até desaparecerem numa área totalmente erodida (Fig. 1). A borda superior, da mesma forma, havia despedaçado-se em alguns pontos. A parte esquerda, entretanto,

foi melhor preservada, apresentando $\frac{1}{4}$ da inscrição ainda legível, cujos caracteres haviam sido talhados em uma banda de cerca de 5,5 cm de espessura no topo da base e a 2,5 cm de cada borda, formando uma margem lisa em cujo interior central, sob o epigrama (a), fora aplicada uma espécie de decoração (“*rough-picking*”) que procurava imitar a superfície irregular da rocha, um tratamento especial que deixa claro seu propósito: adornar um monumento destinado a lembrar um evento importante em algum local de proeminência pública.



Fig. 1. Fr. 1, (IG I³, 503), *apud* Oliver (1933).

De acordo com as evidências arqueológicas (Oliver 1933:480-85; Raubitschek 1940:56ss.; Jacoby 1945:164ss.), os dois pares de linhas foram gravadas em bandas distintas, paralelas e separadas por uma distância de 1,6 cm, sendo que cada uma perfazia um epigrama completo. Devido ao péssimo estado de conservação do fragmento mais antigo, uma característica singular, e sem precedentes na história da epigrafia grega, ainda não havia sido notada até 1932, quando a parte esquerda foi encontrada: a segunda inscrição fora gravada após a decoração já ter sido executada e, provavelmente, quando o monumento já se encontrava em seu lugar definitivo (Raubitschek 1940:58; Jacoby 1945:166). Isso fica claro ao se observar fotos do mármore (Fig. 2), onde é possível ver que a

(4) O pedaço direito de uma primeira estela, IG I³ 503 (I.G. I, p. 177 n° 333, IG I², 763 - a partir daqui, fr. 1) foi encontrado no quintal de uma casa na rua de Adriano, a nordeste da Acrópole, em Atenas. Foi publicado primeiramente por A. R. Rangabé (1855: 597). O pedaço esquerdo, IG I³ 504 (fr. 2), fazia parte das fundações de uma casa, na região da antiga Ágora, e teve seu texto editado por J. H. Oliver (1933).

apóia-se exclusivamente na análise *subjetiva* da caligrafia utilizada na pedra para suportar seus argumentos, essa mesma teoria deve ser capaz de fazer uso desse critério de modo coerente, o que não parece ocorrer, uma vez que seus defensores são unânimes em afirmar que, embora convencidos de que os epigramas tenham sido lavrados por pessoas diferentes, seria impossível precisar ou, pelo menos fornecer uma estimativa confiável, do tempo decorrido entre a gravação de um epigrama e outro (Oliver 1933:484),¹⁰ quando é justamente o oposto que deveríamos esperar.

Como sabemos, é possível datar inscrições particulares através da evidência caligráfica quando seus estilos podem ser associados, com boa margem de segurança, a um período estilístico bem determinado,¹¹ como aquele em voga entre os anos 500-480. Por outro lado, é mais difícil datar inscrições *relativamente*, como nesse caso, porque então será preciso que elas pertençam a períodos distintos para que se preserve a acuidade do cálculo; no entanto, mesmo pequenas variações de estilo só ocorrem em lapsos consideráveis de tempo, medidos em décadas, senão séculos (Meiggs 1966:88-89).¹² Dessa foram, restringindo-se o intervalo entre as duas gravações a um período pequeno do ponto de vista epigráfico (de 10 a 20 anos), ficará cada vez mais difícil encontrarmos traços suficientemente particulares para que se possa estabelecer uma datação aceitável para cada uma delas (Austin 1933:6). Assim, se traços específicos,

dentro de um período onde um certo estilo está representado pela maioria das inscrições, tendem a se diluir em um padrão, ficará cada vez mais difícil encontrar peculiaridades suficientemente atípicas na caligrafia que nos permitam discriminar inscrições com a precisão necessária para atribuí-las a algum artesão em particular ou para afirmar com certeza que ambos os dísticos não foram produzidos pela mesma mão.¹³ E é justamente aí que jaz o paradoxo da hipótese a que aludimos, porque, se é possível dizer com certeza que as inscrições são contemporâneas é obrigatoriamente impossível dizer que elas não pertencem ao mesmo artesão, uma vez que a precisão na estimativa do período de tempo entre duas inscrições deve ser, para a maior parte dos casos, e especialmente para este em questão, inversamente proporcional à semelhança exibida por seus respectivos estilos. Admitindo-se que pequenas alterações no *traço* das letras, mas não em suas *formas*, possam ser explicadas por hipóteses menos dramáticas,¹⁴ a solução mais simples, aquela que envolve um menor número de fatores, deveria ser a preferida, ou seja, a de que estaríamos frente a uma inscrição produzida por um único artesão, cuja caligrafia, no segundo dístico, reflete as condições especiais na qual o mesmo precisou ser gravado.

(10) “*a different and inferior hand, but in characters that could not have been chronologically far separated from the first, if at all.*”, (grifo meu). *Idem*, p. 486: “*inscribed later, but as far as the lettering is concerned it might have been engraved simultaneously.*”; *idem* (1940:483): “*a different but contemporary hand.*”

(11) Um método, aliás, extremamente controverso, mesmo entre epigrafistas, cf. Meiggs (1966:86ss.), “*(...) dating by letter forms has run a varied course between faith and skepticism, and faith has probably done more harm to history than skepticism. (...) Most Greek historians, however, have continued to accept the authority of the leading epigraphists with surprising docility.*”

(12) As inscrições dos anos 500-480 só começam a apresentar diferenças notáveis em seu estilo a partir dos anos 420-400, quando – entre outros fatores – a disposição estiquica de caracteres entra em declínio Austin (1938).

(13) Mesmo dentro de um único período estilístico é possível estabelecer critérios para classificar inscrições em categorias mais amplas, de possíveis (embora desconhecidos) autores particulares, nenhum dos quais aplicáveis no nosso caso. Por exemplo, formas de letras que costumam apresentar um registro sincrônico desde VI séc. até a década de 80 do V séc. são o Β, o Θ ο Σ, o Ρ e o Φ. No caso do Σ – que pode ser gravado com três ou quatro barras, sendo a primeira forma a mais antiga, extinta na segunda metade do séc. IV – e do Θ, que aqui devemos descartar por aparecer apenas no segundo epigrama (l. 1), são decisivos para identificar mãos diferentes e, no entanto, eles não apenas se mantêm regulares em ambos os dísticos, como apresentam um *traçado* semelhante, o mesmo acontecendo com as outras letras mencionadas. *Vide* Meiggs (1966:90ss.) e Woodhead (1992).

(14) Como a proposta pelo próprio Oliver (1935:194), ainda que ele mesmo não se tenha dado conta: “*the script displays less finish because of a less skillful stone-cutter, and probably because of the difficulty of working on a monument already in situ.*” (grifo meu).

Em 1956, uma nova descoberta na antiga ágora nos forneceu o que parece ser uma cópia do séc. IV do mesmo monumento, embora bastante pequeno. Com ele pudemos ler o que seriam os três primeiros versos de (a), cruciais para a identificação da ocasião aí lembrada e que, até então, acreditava-se ser a vitória dos atenienses na batalha de Maratona. No entanto, como fica claro através do texto, os versos aludem não só a uma batalha por terra que, como já se sabia, adequava-se perfeitamente à campanha de 490, mas também a uma ofensiva “sobre naves velozes” (ὠκυπόρων ἐπὶ νηῶν), três palavras (formulares ademais) que acabaram por invalidar a maioria dos suplementos¹⁵ propostos para aquela lacuna, bem como as teorias que neles se apoiavam, com a espetacular exceção da de H. von Gärtringen (1934) que, vinte e dois anos antes, propusera exatamente aquelas palavras agora confirmadas pela pedra, embora tivessem sido, na época, desprezadas como inverossímeis pela maioria dos expertos (inclusive Jacoby, *vide* 1945:165-66).

Antes de prosseguirmos em nossas considerações sobre o impacto da publicação do texto desse fragmento, bem como sobre as objeções que lhe foram feitas, e para que as considerações dos parágrafos seguintes possam ser melhor compreendidas, seria produtivo visualizarmos a estrutura diplomática da evolução editorial dos epigramas, como a que se encontra mais abaixo. O texto do fr. 1 está com sublinhado simples e o de 3, com sublinhado duplo; o do fr. 2 foi deixado sem grifo. A barra simples (|) serve para separar os fragmentos e a dupla (||) indica sobreposição entre os fr. 2 e 3, a qual foi colocada em negrito para melhor leitura; finalmente, os pontos no primeiro fragmento (estíquico) indicam as letras faltantes.

(15) Cito aqui os mais relevantes, em ordem cronológica, *apud* Jacoby (1945:163): Meritt e Wade-Gery: πεζοὶ τέ[νβαρβαρόφρονον ἀντέ]ν; Hiller: πεζοὶ τε [καὶ ὠκυπόρον ἐπὶ νεο]ν; Mass: τε καὶ [ὠκυπόρον ἐπὶ πόλο]ν; Wilhelm: τέ[ν ἄλκιμον ἀσιδος ἠίππο]ν; Arvanitopoulos: τέ[ν βάρβαρον ἀσίδα ἠίππο]ν; Kaibel: Ἐλλά[δα μ]ῆ; Arvanitopoulos: δούλιον ἔμαρ ἰδεῖν; Kirchhoff: δούλιον ἔμαρ πέλεν].

ΑΝΔΡΟΝΤΟΝΔΑΡΕΤΕ [.....] ΟΣΑΦΘΙ [..]|
ΑΙΕΙ[;][.....]Ρ[.....]| ΝΕΜΟΣΙΘΕΟΙ
ΕΣΧΟΝΓΑΡΠΕΖΟΙΤΕ [..]| ΟΚΥΠΟΡΟΝΕΠΙΝΕΟ||
Ν||: ΗΕΛΛΑ[.....] ΕΠΙΑΣΑΝΔΟΥΛΙ||Ο|| ΝΕΜΑΡΙΔΕΝ.
ΕΝΑΡΑΤΟΙΣΖΑΔΑΜ[des. inc. litt.]|
ΗΟΤΑΙΧΜΕΝΣΤΕΣΣΑΜΠΡΟΣΘΕΠΥΛΟΝΑΝ[des.
inc. litt.] ΑΝΧΙΑΛΟΜΠΡΕΣΑΙΡ [des. inc. litt.]|
ΑΣΤΥΒΙΑΙΠΕΡΣΟΝΚΛΙΝΑΜΕΝΟ [des. inc. litt.].

Visto dessa maneira, podemos perceber que, a bem da verdade, todos os três fragmentos compartilham de apenas dois pontos de intersecção. No caso dos fragmentos 1 e 2, o mesmo padrão de vazado sobre a decoração, onde foi gravado o segundo dístico, nos dá confiança suficiente para dizer que, não obstante o fato de inexistir sobreposição de qualquer letra, possuímos diferentes pedaços do mesmo monumento. O caso torna-se mais difícil e polêmico, no entanto, com relação ao fragmento 3 que, como está evidente, apresenta apenas duas letras em comum com o restante do conjunto. O primeiro a chamar a atenção para esse fato foi Pritchett (1964:50-5), cujas observações sobre as possibilidades representadas na lacuna causada pela esfoliação da parte superior do fr. 1, devem ser por isso mesmo julgadas, segundo ele, independentemente do texto do fr. 3, o que consideramos uma atitude responsável e que, portanto, seguiremos aqui.

Antes de 1956, e da euforia que levou diversos editores, como Page (1975, 1981), a incorporar o texto do fr. 3 ao primeiro epigrama, outros especialistas, a partir de Koehler (1873: I, 333)¹⁶ examinaram a pedra em busca de algum traço que pudesse ter sido até então ignorado. Na Tabela 1 reproduzimos as principais propostas (*apud* Pritchett 1964: 51, com modificações).

Antes de mais nada, devemos notar que há consenso sobre a letra que ocupa a posição 12, um *τὸ* que, de fato, aparece distintamente tanto nas fotografias quanto nos *squeezes* da pedra e, assim, pode ser aceito com uma boa margem de segurança. No que tange ao restante das letras, contudo, até hoje não parece haver um acordo entre os diversos autores que falaram sobre o

(16) Rangabé (1855) não tendo proposto nenhum suplemento.

Tabela 1

	Espaço ocupado pela letra a partir de “αει”					
	1	10	11	12	13	14
Köhler (1855)	‘	N		P		
Bormann (1903)	/			P		‘
Hiller (1924)	‘	Ν		P	Σ	Ο
Meritt (1933)			Ε	P	Σ	
Oliver ¹ (1933)		Π	Ε	P		
Oliver (1935)				P		
Meritt (1958)		Π	Ε	P	X	
Peek ² (1960)	⌋H	Π	Ε	P	T	
Meritt (1962)	⌋H	N	E	P	Γ	

assunto, nem sequer uma alternativa de leitura que se possa classificar como a mais provável e, realmente, nem poderia.

Segundo minha própria análise, nenhuma outra letra pode ser postulada com segurança através do escrutínio meramente visual do mármore, que talvez tenha esgotado sua possibilidade de produzir resultados. Tomemos como exemplo o E da posição 11, a segunda letra com a qual um maior número de críticos concorda: o exame da superfície da rocha não revela qualquer marca que se pareça com aquela produzida com o cinzel; há, sem dúvida, algumas marcas intrigantes dentre as quais nenhuma, todavia, que não possa ser explicada por ações naturais ou alógenas ao processo de gravação. Igualmente, o N da posição 10, vistos por Koehler (1873) e Gaertringen (1934), e que desaparecera de todos os textos e edições de 1933 até 1962 – somente para voltar a ser defendido por Meritt (1962) naquele ano – jamais deveria ter sido postulado (ou entrado para algumas edições) devido à franca ausência de qualquer vestígio epigráfico que pudesse sugerir sua existência. No entanto, o que vemos é que mesmo um especialista como Pritchett (1964:52), reputado por sua diligência e austeridade, através de uma argumentação extremamente frágil,¹⁷ parece defender, ainda que com maiores reservas que seus predecessores, a

(17) “If light is directed on the stone from above and to the left (as one faces it), one can see the traces which suggest a slating nu. I would read it as a dotted letter because the surface is very battered and the right stroke is represented by discoloration of the marble”.

manutenção do N na versão canônica, o que mais uma vez nos leva a concluir que, certas vezes, longas horas perdidas na contemplação de um determinado espécime, excesso de confiança em nosso próprio julgamento, ou o uso de técnicas no mínimo suspeitas, acabam por vir de encontro a uma maior precisão de análise.

Finalmente, fica claro que o exame de cada um dos suplementos propostos na tabela acima é dispensável, quando somente o uso de técnicas mais avançadas¹⁸ poderá ainda acrescentar algo de novo ao nosso conhecimento sobre o texto da pedra. Além da posição 12, um observador imparcial seria obrigado a admitir que qualquer hipótese estaria embasada em mera conjectura sobre aquilo que poderia estar escrito à época da gravação, dada a extensão dos danos causados à margem direita da base. Outrossim, a presença ou não da pontuação (:) logo depois de αει, na posição 1, é verdadeiramente irrelevante, já que não há nenhuma dúvida se aí terminava o hexâmetro (e o período), sendo essa a única possibilidade permitida pela escansão.

Tendo deixado isso claro, podemos voltar nossa atenção para a delicada questão da junção entre os fragmentos 1 e 3, os quais, como já mencionamos, possuem apenas duas regiões comuns: um N, logo antes de *ἡλλάξ*, que se sobreporia ao N de *ὀκυπορὼν ἐπὶ νεὼν* e um O, entre *δοῦλι.* e *ἢν ἔμαρ ἰδῆν*. Na medida em que o primeiro *nu* deva ser lido como uma letra provável, porém não certa,¹⁹ restaria apenas *uma única* interseção entre os dois fragmentos na qual poderíamos confiar para associá-los, o que é muito pouco. Essa situação, já ruim, torna-se ainda mais precária quando analisamos o local que as tais letras ocupam: o N aparece no final de um período hexamétrico e, embora não conheçamos estatísticas

(18) Como, por exemplo, a análise com ultra-som ou microfotografia (Pritchett 1964:55), que pode revelar microfissuras produzidas pelo impacto do cinzel com o mármore, as quais se distribuiriam ortogonalmente ao plano de impacto, produzindo uma espécie de imagem tridimensional das letras desaparecidas da superfície.

(19) E por essa razão aparece pontuada. Tanto na nas fotografias, quanto nos *squeezes* de papel, o que se pode notar é um traço diagonal, formando um ângulo de aproximadamente 30° para a direita, o que poderia indicar um N, Y ou, menos provavelmente, um Σ.

sobre a distribuição da frequência dessa letra em tal posição, se levarmos em conta que uma palavra grega só pode terminar em -σ, -ν, -ρ ou consoantes duplas, aliado ao fato de que a presença de um verbo transitivo a reger acusativo (ou mesmo de um *nu* prosódico) não pode ser descartada, então é bastante provável que não demoraríamos a encontrar uma série de reconstruções igualmente plausíveis.²⁰ Caso semelhante ocorre com o *ômicron* da segunda junção, embora aí duas observações sirvam para, talvez, justificar a manutenção do referido verso. Em primeiro lugar trata-se de uma fórmula padrão, encontrada em outros epigramas da época das guerras médicas (de Simônides²¹ ou não), tendo sido proposto anteriormente por Arvanitopoulos, Kaibel e Kirchhoff (*apud* Jacoby 1945:163)²² e, como temos mais texto e menores possibilidades de variações (e ainda que o fr. 3 não faça par com o fr. 1) um desfecho como o proposto pelos editores não deveria ser muito diferente, o que vale, em certa medida, também para o primeiro hexâmetro de (a), onde algo do tipo ἔσται κλέος ἄφθιτον αἰεὶ²³ parece ser inescapável, pelo menos até que uma nova evidência surja das constantes escavações na ágora e na região do Cerâmico.

Da natureza da inscrição

No que se refere à classificação dessas inscrições, é certo que não eram epitáfios (Jacoby 1945:172²⁴), i.e., epigramas que acompanham listas de baixas e que são gravados em uma lápide

colocada junto ou próxima ao túmulo. Em primeiro lugar, a evidência do estilo afigura-se desencorajadora, uma vez que é quase uma regra para esse tipo de inscrição que sejamos informados (através da boca dos mortos, da pedra ou mesmo da cidade natal²⁵) sobre o *local* da morte, para os sepultamentos realizados no território dos combatentes; ou sobre a cidade de origem dos mortos (não raro também do local onde se deu a batalha), para os túmulos ou cenotáfios erguidos no estrangeiro, ambas informações faltantes nos epigramas em questão.

Em segundo lugar, pelo menos no que diz respeito a (b), que deve referir-se à batalha de Maratona, sabemos por intermédio de Pausânias (1.32.3)²⁶ que as listas contendo os nomes dos mortos organizados segundo as tribos a que pertenciam foram erguidas ao lado do *Soros*, mas, exceto por uma única e controversa passagem (Licurgo 109.8, que além do mais nos fornece um texto diferente do aqui analisado), não há nenhuma indicação em nossas fontes de que essas listas fossem acompanhadas por uma inscrição. Na verdade, é difícil imaginar o contrário – o que nos obrigaria a explicar o sistemático silêncio de autores como Tucídides, Heródoto²⁷ ou, ainda, das coleções anônimas de epitáfios compiladas durante o IV século, como as mencionadas por Filócoro,²⁸ que teriam sido inevitavelmente incorporadas nas antologias de epigramas que sobreviveram, como por exemplo a *Antologia Palatina*, ou então naquilo que se convencionou chamar de *Sylloge Simonidea*. Mesmo admitindo-se que a invasão persa da Ática em 480-79 pudesse ter destruído o monumento onde um suposto epitáfio estaria inscrito, ainda assim esse silêncio não parece justificado: a importância da batalha teria conferido celebridade instantânea a qualquer epigrama colocado no *Soros* e teria certamente evitado, através da transmissão oral, que seu conteúdo caísse no esquecimento.

(20) Considerações que o otimismo, surpreendente aliás, dos últimos anos de Page (1981:224, n.[a]) não parece levar em consideração: “the chances against fortuitous coincidence seem infinitely great.”

(21) Vide Sim. VII, X, XV, XVI, XVII FGE. Ainda Hom. Il. 6:463, Od. 14:340,17:323; Anth. Graec. App. 294:6; Teog. 1213; Esq. Per. 50; Septem 471, 793; Agam. 1226.

(22) Arv. ηελλ[ά]δα μ]ε; Kaibel δούλιον ἔμαρ ἰδέν]; Kirchhoff δούλιον ἔμαρ ηελέν].

(23) Proposto *exempli gratia* por Page (1975:15), n.(a) ‘quamdiu viris fortibus laudes meritas tribunt dei’, e.g. ὄφρα καλῶν π]ρ[ομάχοις καλῶ] νέμωσι θεοί.

(24) “Epitaphs, into whatever form they are cast, seldom (if ever) leave any doubt that they are epitaphs”. Uma afirmação cuja validade torna-se ainda maior para inscrições do fim do V e início do IV séculos.

(25) Por exemplo, Sim. IX, VIII, XLIX FGE, respectivamente.

(26) στῆλαι τὰ ὀνόματα τῶν ἀποθανόντων κατὰ φυλὰς ἐκάστων ἔχουσαι.

(27) Heródoto chega mesmo a registrar o número de mortos, 192, sem mencionar qualquer epitáfio.

(28) Como os seus Ἐπιγράμματα Ἀττικά.

A classificação de (a), por outro lado, parece-nos automaticamente determinada pela de (b) e, portanto, aceitando-se o fato de que esta não pode ser um epitáfio, somos compelidos a admitir o mesmo para aquela, já que não seria razoável termos inscrições de caráter completamente diverso ocupando o mesmo espaço de uma estela, como, p. ex., um epitáfio e uma dedicatória, ou um epitáfio e um epigrama comemorativo, o que não faria sentido do ponto de vista da lógica das inscrições epigráficas para o período contemplado. Semelhantemente, *reductio ad absurdum*, não poderíamos sequer postular que *qualquer uma* das inscrições tivesse um caráter funéreo, uma vez que admiti-lo seria algo, do ponto de vista religioso da época (e também atual), no mínimo sacrílego, senão criminoso: como poderiam os atenienses reusar a lápide dos heróis mortos durante a segunda invasão persa, e que certamente marcaria o local onde os corpos estariam enterrados,²⁹ para nela inscrever um epitáfio que fizesse menção aos *μαρκαθωνομάχαι*, ainda que estas houvessem sido destruídas (quando sabemos que, de fato, não foram) em 490?

Para Oliver (1933:488), no entanto, a solução parece simples: o “epitáfio” (b) não proviria de um monumento funerário erigido na planície de Maratona, nem qualquer um dos dois teria sido inscrito numa base que marcaria o local onde corpos (seja o dos mortos de 490, seja o dos de 480-79) estariam enterrados, mas ambos proviriam de um “cenotáfio” erguido na Acrópole ou no cemitério público, localizado no bairro dos ceramistas (conhecido como “Cerâmico”³⁰ desde a época arcaica). De acordo com essa hipótese, o pronome demonstrativo *οἶδε* em ambos os disticos, referir-se-ia a uma lista contígua de nomes que existira outrora sobre a base.³¹

(29) Uma vez que tenhamos excluído a possibilidade de um cenotáfio.

(30) Grego *Κεραμεικός*, o bairro dos ceramistas.

(31) v.1(a) *τῶνδ'*, gen. plur.; v.1(b) *τοῖσδ'* dat. plur. *Idem*: “But the true character of the monument can be determined from the opening lines on the new fragment (...). The demonstrative pronoun (...), as used here, would be quite of place on a monument like a herm. A list of names must have accompanied the epigrams (...).”

Há, no entanto, pelo menos três dificuldades incontornáveis com relação a essa interpretação dos remanescentes arqueológicos. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o termo *cenotáfio*³² tinha, nessa época, um caráter eminentemente técnico, seu uso sendo restrito às sepulturas daqueles cujos corpos não fora possível recuperar como, p.ex., os dos atenienses abatidos durante a expedição à Sicília ou daqueles que sucumbiram na batalha de Arginusa (Pausânias 1.29.11-12; Platão 1903(a):243c; Jacoby 1944:40ss., n.11; Page 1981:220, n.7). Em segundo lugar, os atenienses, no período em que situamos os epigramas, ainda seguiam a prática pan-helênica de enterrar seus mortos no campo de batalha³³ ou, isso não sendo possível, de aí então erigir cenotáfios acompanhados de inscrições (ademais sujeitas a regras específicas, Jacoby 1945), todavia isso era sempre levado a cabo ou *no local da morte* ou *ao longo das estradas* (Xenofonte *Anabasis* 6.4.9), jamais dentro dos limites da cidade de Atenas. Finalmente, é preciso lembrar que o Cerâmico do início do quinto século (não o Cerâmico da era clássica), onde Oliver situa seu suposto “cenotáfio”, ainda não era usado para enterros públicos em 490-79.³⁴

Além do mais, desde a expedição dos atrasados espartanos ao campo de batalha, a fim de contemplar o feito heróico dos atenienses e de uns poucos platéios, o *demos* de Maratona tornara-se célebre local de peregrinação para todos aqueles que desejavam ver onde repousavam os homens cuja coragem havia “*salvo toda Grécia de ver o dia da escravidão*”. Após a batalha, fora instituída uma celebração anual no sopé do

(32) *κενοτάφιον*, lit. “túmulo vazio”.

(33) Tradição que persistiria no resto da Grécia, como podemos ver pelo enterro comunitário dado os mortos de Queroneia. Veja a discussão que se segue acerca do *patrios nomos* e também Jacoby (1944).

(34) O que coincide com a primeira lista de baixas de que dispomos, IG² I, 928. A teoria de Wilamowitz (1893:292, n. 4) e Curtius-Milchhoefer (1891:119) de que o cemitério remontaria ao ano de 475 baseia-se na hipótese, obviamente equivocada, de que Címon o teria mandado construir durante reformas que conduziu em Atenas. Para uma discussão completa sobre o assunto, remeto o leitor a Jacoby (1944:46ss.) e Parker (1997:132ss.).

soros,³⁵ em homenagem aos heróis mortos, para onde convergiam não somente os habitantes da metrópole e de suas colônias, mas de toda a Grécia, durante o período do culto funerário aos mortos (*Genésia*), no quinto dia do *Boedrômio*.³⁶ Some-se a isso o fato de os Jogos em honra a Hércules, já tradicionais na região, terem visto sua importância aumentada após a guerra, já que lá as tropas gregas teriam acampado em um bosque sagrado ao herói.³⁷ Seria estranho, portanto, que um túmulo vazio fosse dedicado aos combatentes no Cerâmico (ou mesmo em qualquer outro lugar da cidade) se as relíquias mortuárias – que na posteridade seriam motivo de culto para a tetrápolis maratonense³⁸ – encontravam-se alhures (Jacoby 1945:175).³⁹ Afinal, que interesse poderiam ter os cidadãos, ou mesmo eventuais turistas, em contemplar uma sepultura que eles sabiam nada conter, quando poderiam facilmente ir direto ao local

onde os corpos repousavam, principalmente no dia dos festivais mencionados, quando a cidade certamente esvaziava-se?

A idéia de um “cenotáfio” ou de qualquer outro monumento funerário (principalmente do tipo que engendraria uma espécie de culto *ad hoc*) parece ser, a bem da verdade, uma tentativa frustrada de tentar conciliar, antes de mais nada, o conteúdo dos epigramas, seu texto e alusões históricas, aos distintos locais onde os fragmentos foram encontrados (como se devesse haver, *a fortiori*, alguma relação entre as duas coisas) e, então, de tentar resolver o aparente paradoxo ocasionado pela descoberta do que seriam “epitáfios” ou “inscrições funerárias” que fizessem alusão aos guerreiros de Maratona⁴⁰ quando sempre se soube, pelo menos através de três fontes distintas,⁴¹ que aqueles 192 atenienses e platéios mortos haviam sido enterrados na própria planície onde foram vitimados.

Foi assim, para lidar com a primeira parte do problema, que Leo Weber (1935:43ss.), influenciado pelas teorias heterodoxas de Alfred von Domaszewski (1914: n.º.10), propôs, em 1917, que as inscrições proviriam de uma espécie de *Siegesallee* outrora existente sob a Colunata de Hermes, na Ágora, e mencionada *en passant* por Ésquines (*In Ctes.* 183ss.), com relação aos epigramas que Címon lá mandara inscrever (Sim. XL FGE) após sua vitória sobre os rebeldes de Éione. Segundo ele, a semelhança entre os dois monumentos era por demais conspicua para ser ignorada e certamente deveria ser levada em conta no estudo dos epigramas. Criticado duramente por seus pares, contudo, suas idéias acabaram, mais tarde, caindo em descrédito. De maneira semelhante, mas explorando o outro viés do problema, Oliver, que fora junto com Jacoby um dos críticos mais ferrenhos de Weber, chegou à conclusão, ao editar o texto dos dois fragmentos da base, em 1933, que havia compreendido

(35) Maratônia? Essa celebração, no entanto, não deve ser confundida com qualquer tipo de “*Heroenkulten*”, ainda mais se empregarmos a palavra “herói” com o mesmo significado do Grego ἦρως, sobre isso *vide* Withley (1994:214ss.).

(36) O Terceiro mês do calendário ático, que começava com o *Hekatombéio* (1 de julho). Levando-se em consideração que os seis primeiros meses tinham 30 dias cada (πλήρεις μῆνες) e os seis últimos, 39 (κοῖλοι μῆνες), o 5º dia do *Boedrômio* deveria situar-se entre 1-10 de agosto de nosso calendário.

(37) *Vide* IG I³, 2, para evidência epigráfica. Igualmente Herod. 6:11-12. Jacoby (1944), Parker (1997:48ss.; especialmente 152ss.;187; 246, n.101; 270). *Vide* também Herod. 6:108; Paus. 1.32-4. Outras evidências da existência desse festival são: Aristóteles (*Athen. Pol.* 54.1.7) e Plutarco (*De Gloria Athen.* 349E e *De Herod. Malign.* 862a).

(38) Parker (1997:111). A tetrápolis era formada por Maratona, Tricórintos, Oinoé e Probalintos.

(39) “(...) it is inconceivable that they [i.e. os Atenienses] could have buried them at two places at the same time, and called one of the graves a cenotaph (...)”. Oliver (1933:488) cita ainda, como evidência de sua teoria, os fr. XI e XII FGE, que serviriam de paralelo para o caso em análise, porque demonstrariam que os coríntios, como os atenienses, também haveriam erguido (respectivamente) um monumento funerário sobre os corpos dos soldados mortos, na própria ilha de Salamina, e um “cenotáfio”, no Istmo. Isso nos leva a crer que o uso da palavra “cenotáfio” em seu texto ou é por demais liberal para ser levado a sério ou é surpreendentemente equívocado.

(40) Até 1956 acreditava-se que ambos os epigramas referiam-se à Batalha de Maratona.

(41) Tucídides (2.34.5), Pausânias (1.29.4, 1.32.3) e, indiretamente, Licurgo (109.8) que, aliás, poderia nos oferecer um outro texto (XXI FGE) para o “epitáfio” colocado junto às listas dos mortos, em Maratona, para mais detalhes, *vide* Brose 2008:149ss.

finalmente a “verdadeira” natureza das inscrições, desenvolvendo sua hipótese acima mencionada.⁴²

Quanto a Oliver (1933:488), é evidente que deve ter sido bastante influenciado, na construção de seu argumento, por uma passagem da famosa *Oração Fúnebre de Péricles* (Tucid. 2:34-5), na qual o costume ateniense (*patrios nomos*) de enterrar os mortos de guerra no cemitério público é contrastado com o tratamento “excepcional” conferido aos guerreiros de Maratona. Baseando-se na frase *καὶ αἰεὶ ἐν αὐτῷ θάπτουσι τοὺς ἐκ τῶν πολέμων* (“onde eles sempre enterram os mortos de guerra”), Oliver pode ter desenvolvido a idéia – mais tarde adotada por Raubitschek, Avarnitopoulos e Paul Maas (*apud* Jacoby 1945:169ss.) – segundo a qual, embora os mortos de Maratona houvessem sido sepultados no campo de batalha, os atenienses teriam igualmente lhes dedicado um cenotáfio no Cerâmico, onde seus nomes estariam inscritos em uma estela ou estelas cujo objetivo peculiar seria o de cumprir a lei (*vóμος*) aludida na *Oração Fúnebre*, a qual, de acordo com algumas interpretações, remontaria ao tempo de Sólon. Todavia, por mais razoável e crível que esse testemunho de Tucídides possa nos parecer, ele não se conforma com aquilo que sabemos através de outras fontes e de evidências arqueológicas sobre o período em questão.

Em primeiro lugar, opõem-se-lhe o testemunho de duas outras fontes do século I a.C. igualmente fidedignas e que são contundentes em nos informar que foi somente após as Guerras Médicas que os jogos funerários e a oração fúnebre foram incorporados ao *nomos*, estabelecendo uma outra maneira de honrar os falecidos (Dion. Halic. 5.17.4; Diod. Sic. 11.33.3⁴³). Além desses testemunhos, que lançam séria dúvida sobre se a lei aludida por Tucídides já existia na forma por ele descrita à época das inscrições que ora comentamos (Parker 1997:132),⁴⁴ há outras

dificuldades em seu texto, cuja análise exigiria uma argumentação extensa e complicada que em muito extrapolaria o objetivo desse artigo; o assunto, ademais, já foi detalhadamente tratado por Jacoby (1944), para onde remeto o leitor interessado numa discussão completa da questão. Aqui seria suficiente sublinhar alguns pontos, entre os quais o fato de que Maratona não teria sido a única exceção ao costume aludido em Tucídides, caso aceitássemos a hipótese de ele ter sido instituído por Sólon já em sua forma definitiva, o que não parece ser o caso.⁴⁵ Os atenienses mortos em 506 a.C. no Euripo⁴⁶ não foram transportados para casa, mesmo com a vitória de Atenas sobre a coalizão tebana, que lhes garantiria fácil acesso à região, disponibilidade de contingente e tempo para resgatar os corpos. Não foram igualmente sepultados na cidade os corpos dos soldados mortos em Platéia, e suas lápides ainda podiam ser vistas na época de Pausânias, ao longo dessa estrada (Paus. 1.29.4), autor que também relata serem os primeiros cidadãos lá sepultados os mortos da Batalha de Drabescos, na Trácia (Paus. 1.294-5),⁴⁷ por volta do ano 465/63.

Evidentemente, as razões de Tucídides para situar a origem de uma lei, cuja data ele desconhece, em um tempo imemorial e para atribuí-la à figura de Sólon, o *nomothétes* por excelência,⁴⁸ são mais do que compreensíveis e dificilmente podem ser vistas como uma exceção no mundo antigo, onde a ancestralidade de um costume era considerada a mais importante chancela de sua autoridade. O que transparece, todavia, através

(42) Cf. n. 33, acima.

(43) Para o texto e tradução dessas fontes, *vide* Brose 2008:114-15.

(44) “It seems he was wrong in this [i.e., que os *μαραθωνομάχαι* eram uma exceção ao costume] and until after the Persian Wars the Athenians, normally, like the other Greeks, interred their dead on the field”. A mesma posição é defendida por Jacoby 1944, *vide* nota abaixo.

(45) Talvez o *nomos* fosse um desenvolvimento dos ritos funerários oriundo das reformas clistenianas, pelo menos sabemos que havia um túmulo (real ou não) de Clístenes no Cerâmico.

(46) Sim. FGE II, cf. Brose 2008:57ss.

(47) A meu ver, a interpretação adjetiva de *πρῶτοι*, significando “os primeiros que são vistos ao entrar-se no Cerâmico” em detrimento do óbvio sentido adverbial “os primeiros a serem enterrados” é inaceitável e incompreensível.

(48) Como parece confirmar o escoliasta acerca de Tuc. 35.1 “οἱ μὲν πολλοὶ τῶν ἐνθάδε ἤδη εἰρηκόντων ἐπανοῦσι τὸν προσθέντα τῷ νόμῳ τὸν λόγον τόνδε, ὡς καλὸν ἐπὶ τοῖς ἐκ τῶν πολέμων θαιπτομένοις ἀγορεύεσθαι αὐτόν”; Escoliasta: τὸν προσθέντα τὸν νομοθέτην τὸν Σόλωνα.

da comparação desse excerto da *Guerra do Peloponeso*, e das características práticas funerárias lá descritas, com informações semelhantes oriundas de fontes documentais, como Heródoto, Pausânias e outros historiadores mais tardios é justamente o contrário daquilo que somos levados a pensar, ou seja, que o tratamento dispensado aos heróis de Maratona constituía a regra e não a exceção.⁴⁹

Na verdade, a teoria mais comumente aceita atualmente (*vide* Parker 1997:134ss.) é a de que o *nomos* deve ter-se desenvolvido por etapas a partir do costume pan-helênico de sepultamento em comum, cujo declínio pode ter iniciado durante a passagem do VII para o VI século, quando Sólon teria passado leis proibindo as demonstrações exageradas de luto e o luxo dos funerais particulares (Cícero 2.64-5), que se tornaram progressivamente mais escassos. Após a expulsão dos tiranos e o estabelecimento das reformas de Clístenes, *circa* 508, é possível que tenha havido um avanço no sentido de se restringir ainda mais os sepultamentos privados e de se expandir e promover o enterro heróico daqueles que perderam a vida lutando por sua cidade. Conseqüentemente, não seria coincidência que o primeiro funeral em comum, pago “pelo povo” (δεμοσίᾳ, aqui usado pela primeira vez com esse sentido), seja aquele do fragmento II FGE, datado do ano de 506, sobre os atenienses mortos na batalha contra os calcídios, perto do Euripo.⁵⁰

(49) Alguns (Stupperich, *apud* Parker 1997) citam Paus. 1.29.6-7 como evidência de que sepultamentos no cemitério público já ocorriam antes de 470, no entanto, no caso dos mortos na guerra entre Atenas e Egina (505-481), é improvável que os eginenses permitissem que o inimigo fosse enterrado em seu território, um acordo devendo ter sido feito pelos atenienses para que os mortos na ilha pudessem ser trazidos para casa, onde poderiam ter recebido funeral em outro lugar para, somente mais tarde – p. ex., após ou mesmo durante a inauguração do Cerâmico – serem transportados para o túmulo visto por Pausânias. No caso de Clístenes, talvez por também ser visto como o idealizador do *nomos* por alguns, assim como Sólon, poderia ter sido transportado de uma tumba antiga para o cemitério público.

(50) Para uma discussão detalhada, *vide* Brose (2008: 78ss.)

Talvez (e não há como evitar os “talvezes” em qualquer teoria que tente explicar a evolução dos costumes funerários atenienses) o conteúdo programático da visão clísteniana para uma Atenas cada vez mais isonômica encontrasse dificuldades em coadunar-se com o caráter evidentemente aristocrático que os funerais privados representavam (Parker 1997:135⁵¹). Desse modo, a distinção funerária anteriormente aplicável aos guerreiros arcaicos que houvessem demonstrado grande coragem nas guerras do passado passava a ser acessível também àqueles cidadãos comuns que, por sua bravura e virtude bélicas, ganhavam acesso a uma espécie de imortalidade conferida pela fama e pelas inscrições em seus túmulos. Ao mesmo tempo, e para que o galardão mencionado fosse destacado como um privilégio conferido pelo Estado, os rituais particulares de sepultamento podem ter sido reduzidos a um expediente privado, de pequenas dimensões, centrados no âmbito da família (*genos, fratrias, tribos*) e de pouca repercussão pública. A partir do início do século V, quem quer que desejasse uma lápide adornada com alto-relevos e epigramas de poetas famosos como Simônides deveria arriscar sua vida pelo bem comum (τῇ κοινοίᾳ τῶν πολιτῶν). Isso, pelo menos, é o que transparece no epitáfio dos heróis do Euripo, quando essa idéia começava a ganhar força.

Ápós as Guerras Médicas (e de certa forma como um meio de comemorá-las) é que veríamos o desenvolvimento completo do costume ou *nomos*, com a transformação do antigo Cerâmico em um local de comenda pública ao herói democrático, a instituição dos jogos em honra à memória dos mortos e a oração fúnebre, os quais promoveriam cada vez mais a ideologia do “bem morrer” (καλῶς θνήσκειν)⁵² e a idéia

(51) “It remains striking, however, that the sculpted monument, that potent device of elite display, should disappear as it did just in the early years of the democracy. If this was Cleisthenes work, it was his most direct attack upon symbols of the old order”. Não há, no entanto, motivos para acreditar que a reforma tenha sido introduzida pelo próprio Clístenes, uma exigência, aliás, irrelevante do ponto de vista metodológico: certamente seus herdeiros políticos aperfeiçoaram suas reformas ao longo do tempo.

(52) *Vide* Sim. VIII FGE.

segundo a qual aqueles que davam suas vidas pela defesa da pátria eram, no princípio, varões excelentes; algum tempo depois, homens que deveriam ter alguma participação com o divino, semi-deuses e, finalmente, já no século IV, heróis no mais amplo sentido da palavra, cujo culto honorífico era uma das mais importantes atribuições do Estado (Boedeker 2001:141; Whitley 1994).

Desse modo, se o único costume que tornaria aceitável a colocação de um “cenotáfio” em Atenas (seja na Acrópole, na Ágora ou no Cerâmico) ainda não estava em vigor quando a base que nos forneceu os epigramas fora gravada e se nem mesmo o Cerâmico, onde um monumento do tipo aludido por Oliver poderia estar mais provavelmente localizado, ainda não era utilizado para enterros públicos, não nos resta outra alternativa senão admitir que as idéias por ele esposadas em seus artigos de 1933 a 40 são completamente inadequadas para explicar a natureza dos fragmentos em questão. O grande problema em toda a argumentação da hipótese do “cenotáfio” ou da *Siegesallee* é que em momento algum parece ter ocorrido a esses autores que as duas possibilidades mencionadas não eram as únicas (e nem as melhores) alternativas possíveis para explicar o que tinham em mãos; e, no entanto, uma vez expostas, essas idéias tornaram-se uma espécie de *Furiae*, perseguindo aqueles que as geraram e cegando-os para qualquer outra alternativa, por mais razoável que alguma se lhes afigurasse. E há, de fato, alternativas melhores que expliquem as peculiaridades desses epigramas e o porquê de terem sido gravados em uma mesma estela, cada um em um momento diferente. O mérito de nos mostrar todas essas possibilidades e de aclarar, por assim dizer, a atmosfera nebulosa produzida pelas idéias obsessivas de Oliver e outros deve-se inegavelmente a F. Jacoby, que em seu artigo de 1945 prestou, com sua erudição, uma contribuição inestimável para o avanço e a renovação da discussão acerca dessas questões, ainda que seu texto sofra um pouco com as limitações da arqueologia de então e com as descobertas que viriam a ser feitas nos anos vindouros.

Desse modo, partindo dessa argumentação negativa em direção a uma argumentação investigativa, positiva, vemos que, à luz das considerações anteriores, fica claro que, se os epigramas não são nem epitáfios, nem foram

inscritos em um cenotáfio a ser colocado no Cerâmico, só são possíveis duas outras formas de monumento concebíveis para a época e que condizem com o aspecto geral das inscrições: um memorial de guerra ou uma oferenda votiva (Jacoby 1945:171, n.53).⁵³ Da última temos um exemplo na estela, ou do que restou dela, que porta a inscrição titular da oferenda dos atenienses a Delfos pela vitória em Maratona. São, na verdade, oito pedaços de pedra calcária de um mesmo conjunto encontrados perto do muro meridional do tesouro dos atenienses naquele santuário (Meiggs-Lewis 1969:35, nº 19) e, embora essa seja uma cópia do III séc., o original deve datar de logo após o embate. O texto reconstruído diz o seguinte:

Ἄθῆνᾱοι τ[ο]ι Ἀπόλλωνι ἀπὸ Μῆδ]ον
ἀκ[ροθ]ίνια τῆς Μαραθ[ο]νι μ[άχης].

Os atenienses [dedicam] a Apolo as primícias tomadas dos Medos na batalha de Maratona.

Com base nisso, poderíamos nos perguntar se uma inscrição titular semelhante a esta não poderia ter feito parte da estela colocada sobre a base dos epigramas (a) e (b) (Jacoby 1945 :171, n. 53; Page 1981:223.). As evidências, até aqui pelo menos, sugerem uma grande probabilidade de esse ter sido exatamente o caso. Isso explicaria, ademais de modo mais satisfatório,⁵⁴ o uso problemático do pronome οἶδε, que assim poderia ser entendido como um anafórico referenciando um sujeito (p. ex. Ἄθῆνᾱοι) anteriormente mencionado na legenda, ou mesmo uma figura (ou figuras) em alto relevo, esculpida entre o topo e a base.⁵⁵ No entanto, antes de aceitarmos tranqüilamente essa interpre-

(53) “If it was not a grave (...) it must have been a public dedication”. Os diferentes tipos de monumentos foram discutidos na *Introdução*.

(54) Sem precisarmos recorrer à teoria de um cenotáfio e de listas de baixas, como em Oliver.

(55) Como a famosa estela de Arístion, obra de Aristocles e datada *circa* 510 a.C. (National Gallery e Alexander Soutzos Museum) ou a estela funerária de Hegeso (final do V séc., Metropolitan Museum). Não há porque se pensar que os monumentos públicos sofressem a mesma restrição solônica de austeridade que os privados, na verdade, o oposto parece ser o caso. Para mais detalhes sobre convenções funerárias e epigráficas *vide* Brose 2008:13-15.

tação, há que se considerar outras possibilidades que, embora menos prováveis, certamente não devem ser ignoradas.

Em 1940, Raubitschek (1940:56ss.) chamou a atenção para um corte retangular (17x30x7 cm) na pedra, à frente do encaixe principal, algo que havia passado despercebido até então. Para ele, esse soquete poderia ter alguma relação com o segundo epigrama, que faria menção a uma “Batalha de Falero”,⁵⁶ iniciada logo após o retorno apressado dos gregos desde Maratona para impedir que os persas atacassem no então porto de Atenas. Oliver (1940), porém, comentando o artigo de Raubitschek, diz ser extremamente difícil datar esse segundo corte,⁵⁷ embora ratifique sua existência. Supondo-se que seja antigo – continua – dificilmente poderia servir de encaixe para outra estela, menor que a primeira, porque, além de não existir espécime semelhante em todo inventário epigráfico de que dispomos, a simetria natural do monumento ficaria prejudicada, algo certamente inaceitável para os padrões da época, principalmente em um monumento que deveria ter gozado de grande importância pública. Admite, no entanto, que ao contrário de um segundo bloco de mármore, uma escultura ou estátua margeando uma lista principal de nomes pode, de fato, ter feito parte do conjunto (Oliver 1940:3⁵⁸). Um monumento desse tipo, e do mesmo período que o anterior, é a oferenda do polemenco Calimaco à Νίκη⁵⁹ (Meiggs-Lewis 1969:33, n° 18) mandada construir, ao que tudo indica, por seu sobrinho, após a batalha onde o tio perecera (Herod. 6.114.).

(56) Jamais mencionada pelas fontes histórico-literárias.

(57) “it might be ancient, but it might also be mediaeval.”

(58) “It would have been more reasonable to assume that, if ancient, the cutting was connected with some sort of sculptural or architectural, here flanking the upright block as decorations frequently crowned or covered widely the surface of a humbler grave stele.”

(59) “Vitória”. Provavelmente mandado erigir por seu filho, uma vez que o polemenco, juntamente com o irmão de Êsquilo, foi morto durante a batalha de Maratona, quando os gregos investiam contra os navios persas, Herod. 6:109, 114.

No caso dos nossos epigramas, no entanto, uma imagem, ao contrário de uma estela, não requereria um soquete para o encaixe de uma plataforma de pedra, pois geralmente aquelas eram postas diretamente sobre a base principal, sem nada que as fixasse fisicamente além de seu próprio peso; além disso, dificilmente tinham um caráter marginal, como parece ser o caso para segunda fenda. Um alto relevo dedicado à Atená, Ártemis ou a Apolo seria mais apropriado (Jacoby 1944:176⁶⁰). Há vários eventos de natureza lendária associados tanto com a batalha de Maratona quanto com a de Salamina e que poderiam inspirar oferendas votivas desse tipo.

Em Aristófanes (*Vespas* 1071-90)⁶¹ vemos um veterano de guerra contar uma história segundo a qual uma coruja, símbolo de Atená, fora vista sobrevoar o exército grego em direção ao acampamento persa momentos antes da batalha, algo que inspirara o áugure a proclamar como inevitável a vitória dos atenienses e a necessidade de um ataque iminente. O testemunho de Xenofonte (*Anabasis* 3.2.12) nos diz, que durante o sacrifício habitual à Ártemis Selvagem,⁶² defronte às fileiras, o polemenco prometeira sacrificar àquela uma cabra por cada inimigo morto. Após a contagem dos corpos, foram computadas 6400 baixas no exército de Dátis, e, como evidentemente não havia vítimas sacrificiais suficientes, os atenienses tiveram de pagar a promessa em parcelas de 500 cabras por ano. Finalmente, Heródoto (6.118.1-3) parece insinuar, numa passagem algo deslocada em sua

(60) “If the Athenians in 490 B.C. wished for a commemorative monument for Marathon in the town itself, and we know now that they did, a victory monument was indicated, and for such a monument there was only one form possible in this age – a votive offering to a god or gods”.

(61) Uma história semelhante é contada por Plutarco (*Them.*:12.1.1) acerca da batalha de Salamina, quando a coruja teria alçado vôo da proa do navio de Temístocles em direção aos exércitos de Xerxes.

(62) Sabemos (*Plut. Them.*:22.1) que Temístocles dedicara um templo a Ártemis no demo de Melite, mais tarde transformado em um lixão público, para onde eram levados os corpos e pertences dos criminosos condenados à forca pelo Areópago. Nesse templo, segundo Plutarco, havia inclusive um busto do general no local.

narrativa, que fora Apolo⁶³ o deus responsável pela ruína dos persas. Em seu relato, Dátis, o comandante da marinha persa, teria tido um sonho durante a escala em Miconos, no caminho de volta à Pérsia, que o motivara a promover uma busca em todos os barcos, ao final da qual uma imagem dourada daquele deus fora encontrada em uma das trirremes fenícias. Ele a teria levado imediatamente de volta para Délos e instruído os habitantes da ilha a devolvê-la ao Délio, em Tebas, o que aconteceria somente vinte anos mais tarde, devido à ordem de um oráculo.

Uma oferenda votiva ou um memorial de guerra poderiam ser igualmente motivados por disputas políticas, já que estas constituíam uma das principais formas de propaganda e autopromoção da época (MacLean 2002:2), especialmente nesse período, quando facções ideologicamente opostas lutavam pela liderança da cidade através da influência exercida sobre o δῆμος,⁶⁴ guiado, normalmente, pelas idéias difundidas por generais e demagogos ávidos de glória. Obviamente, uma investigação nessa direção requer que analisemos conjuntamente os próprios eventos a que podem aludir os epigramas.

Antes de 1932, havia consenso entre os especialistas que as duas inscrições tratavam de um único acontecimento, a Batalha de Maratona. As coisas complicaram-se, todavia, com a descoberta do fr. nº3 e a inserção do suplemento⁶⁵ [καὶ] ὀκυπόρων ἐπὶ νεῶν, jogando um balde de água fria na acirrada discussão e forçando uma reviravolta completa nas análises da literatura especializa-

da, que até então parecia ter plena confiança de, pelo menos, poder afirmar com segurança qual seria o momento histórico em questão.

A primeira e mais óbvia dificuldade trazida pela inserção desse suplemento no texto de 1932 está no fato de que os atenienses, em 490, não dispunham de navios suficientes com os quais pudessem combinar uma investida por terra e mar, e não haveria tempo para pedir ajuda a seus aliados,⁶⁶ que dispunham de uma frota mais desenvolvida, até o desembarque dos persas em Cinossargues. Conseqüentemente a frase [καὶ] ὀκυπόρων ἐπὶ νεῶν, no primeiro dístico, não poderia referir-se a Maratona, já que lá os gregos haviam lutado apenas na planície e, embora tivessem feito com que a infantaria persa recuasse até a praia, subindo mesmo em seus navios com o intuito de queimá-los, dificilmente poderíamos tomar aquela expressão como querendo significar esse momento da guerra, porque esse verso, de caráter formular, e ademais bastante raro na literatura supérstite (*vide* Brose 2008:137ss.), é usado com relação aos navios aliados, com os quais se enfrenta um inimigo, e nunca o contrário. A conclusão mais razoável é que (a) deve fazer menção ou à totalidade da guerra – Maratona e Platéia estariam representadas pelo substantivo πεζοί, “infantaria”, enquanto Artemísia, Salamina e Micalé foram reunidas na expressão “sobre naves velozes” – ou, de outra feita, a inscrição toda faria menção somente a Salamina, e πεζοί lembraria a escaramuça liderada por Aristides na ilha de Psitaléia, que gozara de grande fama na época.

A pergunta que imediatamente se impõe a partir dessas observações, no entanto, é por qual motivo os atenienses, em 480-79, quando o inimigo fora derrotado em Salamina, ou, menos provavelmente, após a vitória final em Platéia e Micalé, teriam mandado erigir uma espécie de memorial de guerra ou oferenda votiva que celebrasse a virtude daqueles que lutaram durante a segunda invasão persa para, logo em

(63) Pausânias (10.12.1) descreve um cavalo de bronze, supostamente representando o Cavalo de Tróia, enviado pelos Argivos a Delfos em cuja base estaria gravado em alto relevo a figura de Miltiades circundado por aquelas de Atená e Apolo.

(64) Sobre isso, *vide* Finley (1985) e Forsdyke (2001). Não me aprofundarei na estimulante, embora controversa, discussão acerca da dinâmica partidária de Atenas no séc. V, que nos levaria muito além do argumento desse artigo.

(65) Embora oriundo do mesmo local que os fragmentos anteriores, as relações do fr. nº 3 com os outros, mais antigos, ainda são motivo de discussão entre os especialistas e, por isso, sempre que me referir ao seu texto tratá-lo-ei como “suplemento”, para que fique claro ao leitor que sua pertinência à versão canônica do texto está longe de ser irrefutável.

(66) Como Corinto, por exemplo, que nessa época mantinha relações diplomáticas amigáveis com Atenas, tendo inclusive emprestado uma frota de vinte navios para a guerra contra a Egina, segundo nos conta Heródoto (6.89-90).

seguida, numa ação sem precedentes, o desfigurarem mandando-lhe adicionar, sobre a decoração já pronta e com a base *in situ*, um outro epigrama que, inquestionavelmente, lembrava as ações heróicas dos atenienses e platéios que haviam salvo a cidade de Atenas de ser queimada?

Seria errôneo pensar que após Salamina os grandes feitos de Maratona pudessem ter sido obliterados da memória ateniense pelas ações das últimas batalhas e que um monumento que contivesse um epigrama como (b), de caráter abertamente pan-helênico, fosse capaz de passar despercebido, sem gerar protestos, senão por parte do próprio povo, pelo menos por parte dos veteranos de batalha e, principalmente, por parte dos membros do partido conservador e setores aristocráticos da sociedade.⁶⁷ Na verdade, sabemos que isso não ocorreu e que a batalha de Maratona manteve-se como o paradigma da suprema virtude e coragem do cidadão ateniense não só durante as Guerras Médicas, mas também durante a ascensão, ápice e posterior decadência da hegemonia marítima de Atenas, como padrão de comparação com outros povos helênicos. O feito de Atenas tornar-se-ia um *tópos* recorrente na oratória dos V-IV séculos, bem como nos discursos proferidos pelos embaixadores atenienses sempre que esses precisavam lembrar aos outros gregos do débito que tinham com Atenas por ter-lhes livrado de uma vida na servidão (*vide, e.g., Herod. 9.27 e Tucíd. 1.73*).

A carência de evidências arqueológicas e epigráficas sobre a batalha de Maratona não faz jus, e não deve servir para julgar, a importância que a mesma tinha para os atenienses. Essa lacuna da história epigráfica e arqueológica ateniense, na qual certamente desapareceram os vestígios da glória e das celebrações dos anos entre 490-80 e cuja *Charibdis* teria

reclamado os epigramas que ora estudamos, não fosse por um feliz golpe da sorte, serve, paradoxalmente, como uma testemunha do imenso êxito e da grande fama que a batalha ocupou no imaginário não só de Atenas, mas de toda a Pérsia, pois se por um lado temos o testemunho do orgulho patriótico, verificável em textos como os acima, de outro temos o imenso ódio e sentimento de vingança causado nos persas, cuja retribuição, refletida na ampla destruição de monumentos públicos promovida em 480-79, geraria um enorme trauma de guerra no povo de Atenas.

Seja como for, é provável que o entusiasmo gerado pela vitória em Salamina pudesse ter ajudado os aliados de Temístocles a convencer o Conselho (Βουλή) ou o Polemarco⁶⁸ para que fosse erguido um monumento de guerra, memorial ou oferenda votiva, contendo (a), cujo teor, compreensivelmente, teria causado fortes protestos e comoção não só por parte da geração dos *μαραθωνομάχαι* e do partido conservador, liderado por Aristides e Címon, como do próprio povo de Atenas, em cuja memória ainda estavam presentes os feitos heróicos de seus filhos, maridos e amigos, cuja coragem, heroísmo e célebres façanhas haviam sido injustamente diluídos e reduzidos pela menção a uma única palavra que os lembrasse (*πεζοί*). Pior ainda, o caráter abertamente pan-helênico (Ἑλλά[δα μ]ῆ πάσαν) com que o epigrama terminava deve ter causado um mal-estar político difícil de resolver. Assim, é provável que, para diminuir a repercussão pública gerada pelo escândalo, as autoridades devam ter mandado inscrever um novo epigrama que fizesse referência explícita à batalha de Maratona e à sua importância não só para a cidade de Atenas, mas também para toda a Grécia. Esse epigrama teria sido, evidentemente, a inscrição (b).

(67) Principalmente da classe mais abastada os *pentecosiamedimnoi* e, evidentemente, dos *hippeis*.

(68) Ambos com poderes para erigir memoriais de guerra sem a necessidade da aprovação da Assembléia (Ἐκκλησία) (*vide Arist. 47.1 e 58.1*). Um exemplo interessante, ainda que tardio, dessa função religiosa do polemarco aparece em Xenofonte (*Helênica 4.3.20-21*).

BROSE, de R. The Epigrams IG³ 503 and 504: a reappraisal. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 18: 239-257, 2008.

Abstract: The purpose of this article is to summarize and reevaluate the scholarship on IG³ 503/504, attributed to Simonides of Ceos, through a bringing together of the results of the archaeological research (mainly through Epigraphy) and those of Classical Philology and History. One main point of this article is to show how the hypothesis that the inscriptions were made by two different engravers is untenable and, in so doing, assess how this assumption impacts upon our present view of the epigrams' character and function. It also shall be argued that the monument on which the epigrams were written was of a commemorative character, rather than funereal, and that accordingly it could have never stood in the Athenian public cemetery, the *Ceramicus*. Furthermore the possibility that the epigrams were designed for a war memorial or even a religious offering shall be also taken into account.

Keywords: Epigraphy – Epigram – Classical Philology – Simonides – Marathon.

Fontes

- ARISTÓFANES
1907 *Vespas*. In: Hall, F.W.; Geldart, W.M. (Eds.) *Aristóphanes Comoediæ*. Oxford: Clarendon Press.
- ARISTÓTELES
1892 *Athenaion Politeia*. Kenyon, F.G. (Ed.). 3rd and revised edition (2004). New Jersey: The Law Book Exchange.
- CÍCERO
1946 *De Legibus*. Edited by Clinton W. Keyes. Translated by Clinton W. Keyes. Vol. 213. 1 vols. Boston, Massachusetts: Loeb Classical Library.
- DIODORUS SICULUS
1933 *Library of History*, in 9 vols. Trad. C.H. Oldfather (Ed.). Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Lybrary).
- DIONISO DE HALICARNASSO
1945 *Roman Antiquities*, in 2 vols. Trad. Earnest Cary (Ed.). Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Lybrary, nº319).
- ÉSQUINES
1919 In Ctesiphon, In: *Aeschines*. Trad. Charles Darwin Adams (Ed.). Cambridge: Harvard University Press.
- HERÓDOTO
1920 *The Histories*. A.D. Godley (Ed., Trad.). Cambridge: Harvard University Press. IG
- Incriptiones Græcæ*, vols. III. Searchable Greek Inscriptions: A Scholarly Tool in Progress. The Packard Humanities Institute ([http:// http://epigraphy.packhum.org/inscriptions/](http://epigraphy.packhum.org/inscriptions/)).
- LICURGO,
1962 *Oratio in Leocratem*. Trad. J.O. Burtt. Cambridge: Harvard University Press, (Minor Attic Orators in two volumes, vol. 22).
- PAUSÂNIAS
1903 *Graeciæ Descriptio*. F. Spiro (Ed.), 3 vols. Leipzig: Teubner.
- PLATÃO
1903 *Menexenus*. In: Burnet, J. (Ed.). *Platonis Opera*. Oxford: Oxford University Press.
- PLUTARCO
1936 *De Gloria Atheniensium*. In: Babbit, F. (Ed., Trad.) *Moralia*. 17 vols. Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Library).
- 1965 *De Herodoti Malignitate*. In: Pearson, L. (Ed.) *Plutarch's Moralia*, vol. 11. Cambridge: Harvard University Press.
- 1914 *Themistocles*. In: Perrin, B. (Ed., Trad.) *Plutarch's Lives*. Cambridge: Harvard University Press.

- TUCÍDIDES
 1942 *Thucydides Historiæ*. Jones, H.S.; Powell, J.E. (Eds.), 2 vols. Oxford: Clarendon Press, revised edition.
 revised by J. Dillery. Vol. III. Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Library).
- XENOFONTE
 1998 *Anabasis*. Brownson, C.L. (Ed., Trad.), 1918 *Hellenica*. C. L. Brownson (ed., trad.). Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Library).

Referências bibliográficas

- AUSTIN, R.P.
 1938 *The Stoichedon Style in Greek Inscriptions*. Oxford: Oxford University Press.
- BOEDECKER, D.
 2001 Paths to Heroization at Plataea. In: Boedecker, D.; Sider, D. (Eds.) *The New Simonides: Contexts of Praise and Desire*. Oxford, Oxford University Press: 149-63.
- BROSE, R. de
 2008 *Os Fragmentos Atenienses de Simônides: Um estudo das fontes epigráficas anteriores a 480 a. C.* São Paulo, 2008. Dissertação: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CURTIUS, E., MILCHHOEFER, A.
 1891 *Die Stadtgeschichte von Athen*. Berlin: Weidmann.
- DOMASKEWSKI, A. VON
 1914 *Die Hermen der Agora zu Athen*, Sb. Heilderberg, n° 10.
- FINLEY, M.I.
 1985 *Democracy Ancient and Modern*. London: Hogarth Press.
- FORSDYKE, S.
 2001 Athenian Democratic Ideology and Herodotus' "Histories". *The American Journal of Philology*, 122 (3): 329-58.
- GREIMAS, A.J.
 1996 *Sémantique Structural*. Paris: Larousse.
- GAERTRINGEN, H. VON
 1934 Perserepigramme von der athenischen Agora. *Hermes*, 69: 204-6.
- JACOBY, F.
 1944 Patrios Nomos: State Burial in Athens and the Public Cemetery in the Kerameikos. *Journal of Hellenic Studies*, 64: 37-66.
 1945 Some Athenian Epigrams from the Persian Wars. *Hesperia*, 14 (3): 157-211.
- KOEHLER, U.
 1873 *Incriptiones Græcæ*. Preussische Akademie der Wissenschaften Reimer: Reimer, vol. I.
- MACLEAN, B.H.
 2002 *An Introduction to Greek Epigraphy of the Hellenistic and Roman*. Michigan: University Michigan Press.
- MEIGGS, R.
 1966 The Dating of Fifth-Century Attic Inscriptions. *The Journal of Hellenic Studies*, 86: 86-98.
- MEIGGS, R.; LEWIS, D.
 1969 *A Selection of Greek Historical Inscriptions to the End of the Fifth Century B.C.* Oxford: Clarendon Press.
- MERITT, B.D.
 1940 Greek Inscriptions. *Hesperia*, 9: 53-96.
 1956 Epigrams from the Battle of Marathon. In: Weinberg, S.S. (Ed.) *The Aegean and the Near East: Studies Presented to H. Goldman*. New York: 268-80.
 1962 The Marathon Epigrams Again. *American Journal of Philology*, 83 (3): 294-8.
- OLIVER, J.H.
 1933 Selected Greek Inscriptions. *Hesperia*, 4 (2), 1933: 480-513.
 1935 The Marathon Epigrams. *American Journal of Philology*, 56 (3): 193-201.
 1936 The Monument With the Marathon Epigrams. *Hesperia*, 5 (2): 225-34.
- PAGE, D.L. (Ed.)
 1975 *Epigrammata Græca*, Oxford: Oxford University Press.
 1981 *Further Greek Epigrams*. Oxford: Oxford University Press.
- PARKER, R.
 1997 *Athenian Religion: A History*. Oxford: Clarendon Press.
- PARSONS, P.
 2001 "These Fragments We Have Shored against Our Ruin". In: Boedecker, D.; Sider, D. (Eds.) *The New Simonides: Contexts of Praise and Desire*. Oxford: Oxford University Press: 55-64.

- PEEK, W.
1934 Zu den neuen Perserepigrammen. *Hermes*, 69: 339-43.
1960 Zu den Perser-Epigrammen. *Hermes*, 88: 494-8.
- PRITCHETT, W.K.
1964 Epigraphica Restituta. *The American Journal of Philology*, 85 (1): 40-55.
- RANGABÉ, A.R.
1855 *Antiquités Helleniques*. Athens.
- RAUBITSCHKE, A.E.
1940 Two Monuments Erected after the Victory of Marathon. *American Journal of Archaeology*, 44 (1): 53-9.
- WEBER, L.
1935 *Solon und die Schöpfung der attischen Grabrede: ein Versuch*. Frankfurt: Schulze-Bulmke.
- WILAMOWITZ, U. VON
1893 *Aristoteles und Athen*. Berlin: Weidmann.
- WHITLEY, J.
1994 The Monuments that Stood Before Marathon: Tomb Cult and Hero Cult in Archaic Attica. *American Journal of Archaeology*, 98 (2): 213-30.
- WOODHEAD, A.G.
1992 *The Study of Greek Inscriptions*. 2^a ed. Oxford: Bristol Classical Press.

Recebido para publicação em 29 de maio de 2008.